

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINARIA DA DIRETORIA DO COMITÊ DA BACIA
HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARAÍBA DO SUL – CBH-MPS DO ANO DE DOIS MIL E
DEZOITO, realizada no dia 6 de setembro (quinta-feira) com início às 15:00h e término
previsto às 18:00h, na sede do CBH-MPS, situada à rua Cincinato Braga, nº221 Aterrado –
Volta Redonda/RJ, com a seguinte ordem do dia: **1. Abertura; 2. Usos Múltiplos e proposta
para revisão de metodologia de cobrança pelo uso da água; 3. Placas de queimadas para
rios do Atlas de Microbacias; 4. Revisão do Calendário de reuniões da Diretoria e Plenária
- 2018; 5. Assuntos Gerais; 6. Encerramento.** Item 1. **Abertura;** O presidente José
Arimathéa oliveira iniciou a reunião agradecendo a presença de todos. **2. Usos Múltiplos e
proposta para revisão de metodologia de cobrança pelo uso da água;** A Sra. Caroline
Lopes (AGEVAP) começou a apresentação informando que eles estavam apresentando o
trabalho de estudo da revisão da cobrança, pois diversos Comitês estavam começando a
estudar sobre: revisão de PPU, revisão sobre a metodologia em geral. Como cada
especialista estava estudando esse tema em sua unidade, então foi pensado em unir
esforços para construir uma ideia. A partir do estudo de diversas metodologias ao redor do
Brasil, ao longo do estudo foi visto que apesar de termos 5 instrumentos de gestão
separados eles acabam se encontrando de uma certa forma. Ela continuou explicando os
principais fatores que deveriam ser levados em consideração para a escolha da melhor
formula de cobrança. Depois de pensar nas possíveis formulas, foi notado que o PPU é o
que mais interfere na arrecadação. Em seguida ela explanou sobre os usos preponderantes
de cada região, na região do Médio a indústria é quem mais tem capitações cobradas, sendo
que quando se analisa os usuários cadastrados, o OUTROS, contém 1045 cadastros e
apenas 20 são cobrados. A mesma comentou a possibilidade do Comitê alterar o volume
insignificante, com base em possíveis novas cobranças foi feita uma análise de mudança de
arrecadação se começasse a cobrar alguns desses usuários. A Sra. Raissa Guedes
começou a apresentar a proposta de metodologia pro setor de saneamento, mostrando a
formula de arrecadação usada em outros locais do país. O Sr. José Arimathéa perguntou se
a quantidade de poluentes interfere na cobrança em outros lugares, a Sra. Raissa Guedes
informou que isso varia de local para local e deu sequência na apresentação. Ela apresentou
uma nova proposta dividida em duas parcelas, uma de capitação e outra de lançamento, em
seguida mostrou a diferença da atual forma de cobrança com a nova proposta explicando de
onde vem o valor de cada coeficiente para as formulas. A Sra. Daiana Geletele (AGEVAP)
começou a apresentar a proposta para a área de agropecuária explicando que o ministério
do meio ambiente define a agropecuária em: agricultura sem irrigação, agricultura por



35 irrigação, pecuária e apicultura. No estudo foram desenvolvidas formulas para 3 desses 4
36 "subtemas", deixando a agricultura sem irrigação de fora, as metodologias consultadas
37 foram iguais em todos os seus setores para que quando fosse feita a simulação todos
38 estivessem na mesma base. Em seguida o Sr. Leonardo Guedes (CBH-MPS) falou sobre a
39 área de mineração e um pouco das metodologias utilizadas, e que ela (mineração) ainda
40 não é cobrada. Foram considerados dois tipos de extração, extração em leito e extração em
41 cava. Em seguida o Sr. Leonardo explanou sobre a formula de cobrança sugerida para cada
42 tipo de extração e como ela pode variar de acordo com o impacto causado. Em seguida o
43 Sr. David Costa (Piabanha) RH4 comentou sobre a área das industrias e as metodologias
44 utilizadas para elaboração da formula de cobrança, levando em consideração capitação e
45 lançamento e quais variáveis interferem na cobrança. Em seguida o mesmo explanou sobre
46 a ideia do Comitê evitar dar desconto, principalmente quando as indústrias não estiverem
47 fazendo mais do que a obrigação das mesmas. Continuou a explicação da proposta dando
48 exemplos de como funcionaria as cobranças. Na sequência a Sra. Caroline Lopes falou
49 sobre os PCHS, sobre a maneira que ela pode ser cobrada e as "dificuldades" para a
50 mesma, abrindo o um questionamento se vale apenas começar uma briga por essa cobrança.
51 A Sra. Edna Andrade levantou um questionamento sobre sua preocupação, a mesma estaria
52 preocupada com a falta de prazos. Foi explicado que quando se trabalha com alteração
53 apenas de PPU, as coisas devem acontecer mais rápido, mas como estão trabalhando com
54 mudança de metodologia, demora um pouco mais de tempo. O mais coerente seria analisar
55 as propostas durante um período do ano de 2019, para que em 2020 possam ser aplicadas
56 as modificações. Em seguida o Sr. José Arimathéa informou sobre sua possível viagem para
57 França e como isso poderia agregar em conhecimento para o funcionamento do Comitê, e
58 dos problemas enfrentados por eles. **3. Placas de queimadas para rios do Atlas de**
59 **Microbacias;** O Sr. Paulo Eugenio (CBH-MPS) comentou a cidade de Volta Redonda
60 assinou o acordo para elaboração da placa, só que em sequência pediu para que fossem
61 feitas algumas alterações, porém o nosso jurídico informou que não teria como alterar. A
62 Sra. Vera Lucia deu a ideia de caso a cidade de Volta Redonda saia, vão sobrar 9 placas
63 para dividir entre os 9 municípios participantes, dessa maneira cada um receberia mais um.
64 O Sr. José Arimathéa comentou sobre a conversa que teve com o Mauricio e as implicações
65 que essa conversa teve. **4. Revisão do Calendário de reuniões da Diretoria e Plenária -**
66 **2018;** Foi definido que a reunião da Diretoria que aconteceria do dia 30 foi alterada para o
67 dia 15 de outubro, e a reunião Plenária ficou estabelecida no dia 9 de novembro, para ser
68 realizada na semana do aniversário de Porto Real. **5. Assuntos Gerais** Sem assuntos.



69 **6. Encerramento.** Não havendo mais nada a tratar a reunião foi encerrada pelo Presidente
70 do CBH-MPS, tendo a presente ata sido lavrada por mim Guilherme Figueiredo – Estagiário
71 de comunicação AGEVAP UD1 e, depois de aprovada, foi assinada pelo Presidente do
72 CBH-MPS José Arimathéa Oliveira.
73
74
75

76 Volta Redonda, 06 de setembro de 2018
77

78 
79 José Arimathéa Oliveira
80 Presidente
81
82

83 **Encaminhamentos:** 1. Analisar as propostas apresentadas sobre novos métodos de
84 cobrança. 2. O Sr. José Arimathéa pediu que fosse passado o seu e-mail para os
85 “apresentadores”, pois ele estaria indo para a França poderia esclarecer algumas dúvidas
86 sobre como funciona os Comitês de lá.
87
88
89
90

91 **Lista de Presença:**

92 **Membros representantes do Poder Público:** Edna Andrade de Azevedo (P.M. Quatis);

93 **Membros representantes dos Usuários:** Márcia Cinira Neves (SAAE-VR);

94 **Membros representantes da Sociedade Civil:** José Arimathéa Oliveira (IFRJ), Vera Lúcia
95 Teixeira (Nosso Vale! Nossa Vida!);

96 **Ausência Justificada:**

97 **Convidados:** Daiana Gelelete (AGEVAP), Raissa Guedes (AGEVAP), Caroline Lopes
98 (AGEVAP), Antonio Mendes (AGEVAP) David Costa (AGEVAP) Nathalia Vilela (AGEVAP)
99
00
01